

Formação e atuação de egressos da Psicologia UFSCar: um recorte para as políticas públicas sociais

Education and performance of psychology graduates of UFSCar: an approach for the social public policies

Cláudia Regina Campos Rodrigues (orcid.org/0000-0002-8599-3683)¹

Luciana Nogueira Fioroni (orcid.org/0000-0002-2311-7848)²

Resumo

O presente estudo investigou aspectos da relação entre formação e prática profissional no contexto das Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social (SUS e SUAS) de egressos do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), formados entre 2009 e 2013. Os objetivos da pesquisa foram: caracterizar a formação e o campo de atuação de tais egressos, bem como verificar a porcentagem e as especificidades na formação daqueles que já atuaram no SUS e/ou SUAS. Do total de 180 formandos do período analisado (população total), foi feito contato com 165 pessoas, das quais 74 responderam ao questionário. Entre os respondentes (n amostral=74), 39,2% (n=29) já atuaram no SUS e/ou SUAS. A análise dos resultados articula as experiências formativas e profissionais relatadas com outros estudos sobre o tema, princípios do SUS e SUAS e o Projeto Pedagógico do curso.

Palavras-chave: formação profissional; atuação do psicólogo; políticas públicas.

Abstract

This study investigated aspects of the relationship between education and professional performance in the context of Brazilian health and social care public policies (SUS e SUAS) of psychology graduates of São Carlos Federal University (UFSCar), between 2009 and 2013. The objectives of the research were: to characterize the education and professional performance field of the graduates; and to check the percentage and the specificities in the training of those who have worked in SUS and/or SUAS. From the total of 180 graduates from the analyzed period (total population), 165 people were contacted but only 74 responded to the questionnaire. Among the respondents (sample n=74), 39.2% (n=29) have already worked in SUS and/or SUAS. The analysis of the results articulates the educational and professional experiences reported with the other studies on the subject, the SUS and SUAS principles, and the course's Pedagogical Project.

Key-words: Professional education, Psychologist performance, Public policies.

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: claudiarcrodrigues@gmail.com.

² Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: luciananf@hotmail.com.

Ao longo de 2018, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI), promoveu eventos com o intuito de refletir e revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2018). Diante desse momento de relevância especial para se pensar a formação profissional, o presente artigo se debruça sobre esse tema, realizando um recorte em relação às políticas sociais. A escolha por essa ênfase considera a importância desse campo de atuação, tanto por sua relevância na história da Psicologia, como pelo número expressivo de profissionais contratados pelos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social (SUS e SUAS). Nesse sentido, estipula-se que atualmente cerca de 13,4% dos psicólogos têm vínculo com o SUS e 7,6% com o SUAS, tomando como base uma consulta realizada ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (dados de fevereiro/2019), o CensoSUAS mais recente, do ano de 2017, e o número de psicólogos ativos no Brasil, segundo o Conselho Federal de Psicologia (dados de março/2019)³.

A inserção de profissionais da psicologia nas políticas públicas sociais teve início na década de 1980, devido a questões sociais e econômicas, bem como à Constituição Federal de 1988, que definiu os direitos à saúde e à assistência social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Como consequência, uma crise foi provocada devido à falta de preparo teórico-técnico-ético em relação ao atendimento a demandas e a populações historicamente excluídas pela psicologia, levando as entidades profissionais a discutirem o papel social da profissão (Vieira-Santos, 2016). Naquele momento, uma pesquisa nacional do CFP acerca da atuação do psicólogo brasileiro evidenciou problemas como a restrição de áreas de atuação (destaque para clínica, principalmente em consultórios particulares, seguida da organizacional), dificuldade de inserção no mercado de trabalho e falhas na formação (Bastos & Gomide, 1989). Assim, ao promover a ampliação da população atendida e a

³ Recuperado em 14 de março de 2019, respectivamente, de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?cnes/cnv/proc02br.def> <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> e <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

aproximação de necessidades da sociedade brasileira e devido à demanda por trabalho interdisciplinar, a atuação nas políticas sociais incitou um processo de reflexão sobre a atuação e a formação *psi* (Dimenstein & Macedo, 2012).

Após longo processo de discussão, iniciado na década de 1990, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (Brasil, 2004). Tais diretrizes são pautadas em princípios como o desenvolvimento científico, a compreensão crítica dos fenômenos psicológicos e das necessidades sociais, a variedade de referenciais e perspectivas, a diversidade de contextos de atuação, o respeito à ética e a continuidade do aprimoramento profissional. Além disso, estabeleceu-se que os cursos deveriam ter formação generalista, por meio de núcleo comum, a ser aprofundado em ênfases curriculares, as quais seriam oferecidas conforme demandas do contexto. Ressalta-se, ainda, que as DCNs preveem procedimentos de autoavaliação dos cursos de graduação, visando ao seu aprimoramento e que, em 2011, foram incluídas as diretrizes dos cursos de licenciatura em Psicologia (Brasil, 2011).

De 2006 a 2008, o GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) realizou nova pesquisa de âmbito nacional (Bastos, Gondim & Borges-Andrade, 2010). Em comparação ao estudo anterior (Bastos & Gomide, 1989), perceberam-se mudanças na inserção dos psicólogos, havendo amplificação das possibilidades de atuação, com emergência da área da saúde e fortalecimento do setor público, o que contribuiu para a democratização do acesso à Psicologia. Não obstante, mantiveram-se fragilidades no mercado de trabalho e problemas na formação, como o distanciamento das demandas encontradas na prática e a falta de competências para atuação além do nível individual.

Diversos estudos têm constatado limites na formação de psicólogos para atuação nas políticas públicas, uma vez que muitos cursos ainda se voltam apenas para saberes e fazeres *psi* “clássicos”/tradicionais (atuação em modelo individual, sem interprofissionalidade) (Dimenstein & Macedo, 2012; Macêdo, Alberto, Santos, Souza & Oliveira, 2015). No SUAS, com história mais recente, essa situação pode ser ainda mais desafiadora, uma vez que é constatado o desconhecimento da própria política, assim como modelos de atuação ainda em construção (Florentino & Melo, 2017). Diante de tais

dificuldades e em consonância com outros estudos sobre o tema (Cordeiro & Curado, 2017; Silva & Carvalhaes, 2016), defende-se que a formação profissional ressalte o papel do psicólogo como agente político desde a graduação, fornecendo condições para que construa, de forma criativa, uma atuação coerente com as diretrizes das políticas sociais e com os contextos em que venham a intervir.

Não obstante, algumas dessas tendências estão em processo de mudança, como destaca Vieira-Santos (2016). Por meio da análise de resumos de artigos sobre formação em Psicologia publicados de 2004 a 2014, esta autora verificou avanços nos cursos de Psicologia a partir das DCNs, uma vez que se aproximaram de demandas sociais brasileiras, além de enfatizarem o desenvolvimento de habilidades e competências, com estreitamento da relação entre formação teórica e prática e ampliação do contato com atividades de pesquisa. Por outro lado, há impasses até mesmo na produção científica a respeito da formação nessa área. Nesse sentido, Costa e colaboradores (2012) avaliam que tal produção tem caráter opinativo, sem considerar fatores macropolíticos na análise, com predominância de áreas tradicionais da Psicologia e falta de articulação entre pesquisadores.

Entre as formas possíveis de se avaliarem os cursos, destaca-se o acompanhamento dos egressos representados por diversos estudos publicados nos últimos dez anos: 1) Palharini e Palharini (2008) com egressos (formação até 1999) da Universidade Federal Fluminense – UFF (RJ); 2) Bardagi, Bizarro, Andrade, Audibert e Lassance (2008) com egressos (1997–2004) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (RS); 3) Martins, Matos e Maciel (2009), com egressos (formação 2001–2005) psicólogos da Universidade de Fortaleza – UNIFOR (CE); 4) Dutra e Teixeira (2013), com egressos (2009–2011) do Centro Universitário UnirG (TO); 5) Barreto, Lazaroto e Barreto (2013), com egressos (até 2012) de uma Organização Universitária do Oeste de Santa Catarina (SC); 6) Lima e Macedo (2015), com egressos (2012–2014) de sete instituições de ensino superior do Piauí (PI); 7) Bobato, Stock e Pinotti (2016), com egressos (a partir da DCN de 2011) da Universidade do Vale do Itajaí (SC); 8) Lima e Sousa (2016), com egressos (respectivamente, 2008–2014) do Centro Universitário Rainha do Sertão–UNICATÓLICA (CE); 9) CCo (2017), com egressos (2006–2016) do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Barbacena (MG); 10) Baum, Gonçalves, Silva Netto e Martines (2018), com egressos (2007–2017) da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Cachoeira do Sul (RS); 11) Oliveira (2018), com egressos (2013–2015) da Universidade Metodista de São Paulo (SP); 12) Autor, com egressos (2010–2017) da Universidade Federal de Santa Catarina (SC). Em comum, tais estudos constataam uma dialética de manutenção de modelos clássico (sobretudo clínica, seguida de organizacional), com mobilizações iniciais na direção da atuação em novos campos, mais focados nos desafios contemporâneos, como as políticas públicas. Foi constatada também uma porcentagem elevada de trabalhos apresentados em congressos locais e ainda não publicados em outros meios, sendo 25% (n=3) dos 12 trabalhos supracitados (Baum et al., 2018; Costa, 2017; Lima & Macedo, 2015), realçando a importância da publicação de novos materiais em periódicos científicos, visando à ampliação do alcance dos resultados e discussões sobre o tema.

A presente pesquisa está inserida no contexto das investigações sobre formação profissional, tomando como objeto de estudo a graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo. Diante da análise da história da Psicologia, com destaque para o papel das políticas sociais, é pertinente a investigação sobre formação e experiências profissionais de egressos do curso, para verificar seu campo de atuação, bem como especificidades daqueles que atuam no SUS e SUAS.

Graduação em Psicologia – UFSCar

A graduação em Psicologia da UFSCar foi fundada em 1994, com um projeto considerado inovador, formulado a partir de uma análise das tendências de formação e atuação da profissão de psicólogo da época, evidenciando a preocupação para a construção de uma expertise científica e uma prática atenta às necessidades sociais (Souza et al., 2006). Em seguida, entre 2002 e 2004, foi realizada avaliação interna do curso pela Comissão de Reformulação Curricular, que levou a adequações no projeto com base nas DCNs. Não obstante, grande parte do projeto original foi mantido, devido às evidências da qualidade do curso da UFSCar e da influência deste na construção das próprias DCNs (Souza et al., 2006).

O Projeto Pedagógico da graduação em Psicologia – PPPsi UFSCar (Universidade Federal de São Carlos [UFSCar], 2009) possui dupla ênfase: em Pesquisa e em Atuação em

termos de Serviços e Intervenção, compreendidas como indissociáveis, e com atividades práticas previstas ao longo do curso. Há estágios básicos de intervenção no segundo e terceiro anos do curso (práticas vinculadas a projetos de intervenção) e específicos de ênfase (estágio supervisionado) no quarto e quinto anos. Em relação à pesquisa, no primeiro e segundo anos, os estudantes em subgrupos acompanham e/ou desenvolvem projetos de pesquisa e, no terceiro e quarto anos do curso, desenvolvem de forma individual e autoral um projeto de pesquisa/monografia. O campo e a área dessas experiências (exceto os primeiros projetos de pesquisa em subgrupos) são escolhidos pelos graduandos, a partir da oferta de um conjunto de projetos definidos pelos docentes, e mediados por processo seletivo coordenado pelo próprio curso e pelo Serviço Escola em Psicologia – SEPsi (como informado pela professora coordenadora deste Serviço).

Ainda de acordo com o PPPsi, o curso de Psicologia se estrutura em torno de eixos: (I) Fenômenos e Processos Psicológicos; (II) Investigação e Intervenção sobre Processos e Fenômenos *psi*; (III) Instrumentação (Investigação e Intervenção); (IV) Determinantes Biológicos e Socioculturais de Processos e Fenômenos Psicológicos; (V) Psicologia como Ciência: Filosofia e História da Psicologia, tendo como proposta diferencial o *aprender a aprender*, objetivando-se propiciar ao estudante o aperfeiçoamento do próprio currículo, de acordo com seus interesses, por meio do contato com a prática e com o curso de instrumentação e fundamentação teórico-metodológica (UFSCar, 2009).

Partindo de tais pressupostos, este relato faz parte de um estudo mais amplo – “Psicologia, Compromisso Social e Políticas Públicas: formação e atuação de egressos da UFSCar”, que investigou aspectos da relação entre formação e prática profissional no contexto das Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social de egressos do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), formados no período de 2009 a 2013. Assim, o presente artigo visa oferecer dados atualizados dos egressos em questão, com foco nos objetivos específicos de: (I) Caracterizar as práticas na formação de egressos de Psicologia da UFSCar (2009 a 2013); (II) Caracterizar o campo de atuação destes egressos; (III) Verificar a porcentagem e as especificidades da formação de egressos do curso de que atuam e/ou atuaram nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social – SUS

e SUAS.

Materiais e métodos

O referente trabalho utiliza questionário virtual autoaplicável (Google Forms), com questões abertas e fechadas e, portanto, análises quantitativas e qualitativas. O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: [número informado ao editor]).

Participaram do estudo os egressos do curso de Graduação em Psicologia da UFSCar, sendo delimitada como critério de inclusão a conclusão da graduação entre 2009 e 2013. Enquanto isso, os graduados entre 2014 e 2015 foram convidados a participar do pré-teste da pesquisa. A lista dos egressos, do período entre 2009 e 2015, foi solicitada à Coordenação do curso de Psicologia e à Divisão de Gestão e Registro Acadêmico (DiGRA) da Universidade, sendo identificados 180 egressos formados entre 2009 e 2013 e 52 entre 2014 e 2015.

Os dados aqui apresentados foram produzidos a partir de questionário (Q1) a respeito da formação e atuação profissional, com tempo de preenchimento estimado de 30 minutos. Além deste, a pesquisa original abrangia um segundo questionário (Q2), que abordou de forma mais detalhada a atuação especificamente daqueles que já trabalharam no SUS e/ou SUAS.

O Q1 é composto por questões fechadas e dividido em quatro partes: 1) identificação do participante (data de nascimento, ano de ingresso e de formação); 2) caracterização da formação na graduação (área e tema de estágios, atividades de pesquisa, de extensão e extracurriculares e onde gostaria de atuar após a graduação); 3) pós-graduação; e 4) atuação profissional após a graduação (tipo de vínculo, instituição, tempo de atuação e modelo de trabalho das três principais experiências profissionais). O Q2, foco de outro artigo ainda em elaboração, abordou características da atuação (como local e vínculo profissional, modelo de intervenção, atividades, pontos positivos e dificuldades), além de explorar a forma como experiências da graduação determinaram a prática e investigar possíveis lacunas do curso. Para melhor fidedignidade do instrumento, realizou-se pré-teste com 14 egressos formados em 2014 e 2015, permitindo, assim, ajustes e

alterações para melhora do questionário.

Análise dos Resultados e Discussão

A coleta de dados foi realizada entre setembro de 2016 e janeiro de 2017. O contato com os egressos de 2009 a 2013 foi feito por meio de rede social (Facebook), com envio de mensagem privada *inbox*, post no grupo que reúne alunos e ex-alunos do curso e divulgação por ex-alunos e professores. Do total de 180 egressos, foi obtido contato da rede social e/ou e-mail de 91,7% (n=165). O e-mail enviado continha explicação dos objetivos e métodos da pesquisa, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, código de identificação do participante e link dos questionários da pesquisa. Dos 165 egressos contatados, 44,8% (n=74) responderam ao Q1. Observa-se taxa de respostas superior ao de pesquisas anteriores realizadas com egressos da UFSCar: 23,8% da amostra em Branco (2007) e 18,3% no relatório da CPA UFSCar (UFSCar, 2011). As porcentagens indicadas durante as análises do presente estudo foram calculadas com base no n amostral de 74 respondentes, exceto em situações específicas em que se compararam subgrupos, a totalidade de experiências de estágio ou as experiências profissionais relatadas (na totalidade ou em sua especificidade). Nessas quatro ocasiões, foi explicitamente indicado o número utilizado como base para o cálculo da porcentagem.

Uma vez que o Q1 é majoritariamente formado por questões objetivas, ele foi submetido a uma análise descritiva-quantitativa, sendo complementado com análise de conteúdo temática das questões abertas (Minayo, 2010). Durante a apresentação dos principais resultados, foi realizado diálogo com a literatura da área, abrangendo: (I) estudos brasileiros sobre formação e atuação em Psicologia (principalmente com egressos de graduações de outras Instituições de Ensino); (II) Branco (2007) – levantamento do campo de atuação e da opinião de egressos sobre o curso de Psicologia-UFSCar; (III) relatório de pesquisa institucional com egressos, realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA UFSCar em 2010 (UFSCar, 2011); (IV) PPPsi UFSCar (UFSCar, 2009); e (V) DCN para os cursos de Psicologia (Brasil, 2004).

A idade dos participantes variou de 25 a 39 anos, com média de 28,8 anos. A

amostra foi composta por 81,1% (n=60) de mulheres, o que é compatível com o predomínio desse gênero na profissão, desde o seu início (Bastos et al., 2010). Houve número relativamente equitativo dos respondentes de cada ano de ingresso, variando entre 20,3% (n=15) da turma 2006 e 24,3% (n=18) da turma de 2008 - excetuando a turma de 2009, com 12,2% (n=9).

Do total de respondentes, 39,2% (n=29) afirmaram que já atuaram nas políticas de Saúde e Assistência Social e 60,8% (n=45) que nunca atuaram. A partir disso, foram feitas comparações para todas as variáveis analisadas entre os subgrupos de participantes que nunca atuaram no SUS/SUAS (NA) e os que já atuaram no SUS/SUAS (SUS/SUAS), sendo aqui relatadas aquelas em que houve diferença relevante, tendo em vista os objetivos da pesquisa.

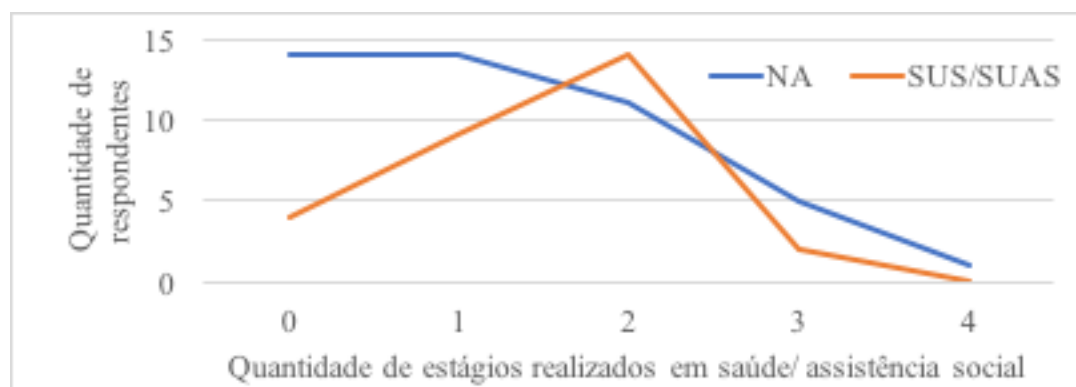
Foram analisadas as áreas dos estágios realizados do 2º ao 5º anos da graduação, sendo este um item relevante para a pesquisa porque, de acordo com o PPPsi, os estágios promovem o contato do aluno com o objeto de estudo da Psicologia (UFSCar, 2009). Os estágios de 2º e 3º anos da graduação tiveram melhor distribuição pelas áreas, variando cerca de 12% a 22% (n=9 a n=16) dos respondentes cada para as áreas de Educação, Desenvolvimento Humano, Organizacional e Hospitalar (2º ano) e Clínica, Saúde Mental, Hospitalar e Saúde (3º ano). No 4º e 5º anos, houve grande aumento dos estágios em clínicas e consultório, com 36,5% (n=27) e 47,3% (n=35), respectivamente, havendo redução da maior parte das outras áreas. O predomínio da área de Clínicas e Consultórios tem relação com a história da Psicologia e a identidade tradicional do psicólogo. Também houve destaque para Educação, com 20,3% (n=15) no 4º ano de graduação, e para Saúde Mental, com 19,2% (n=14) no 5º ano de graduação. Não obstante, muitas áreas foram negligenciadas, com percentuais de até 2%: Assistência Social, Avaliação Psicológica, Direitos Humanos, Institucional, Jurídica, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Psicologia Social, Psico-Motricidade e Trabalho.

Na Figura 1, é apresentada a frequência de respondentes de cada subgrupo que realizaram de 0 a 4 estágios correspondentes às políticas do SUS e SUAS, com o intuito de investigar se a trajetória formativa (que varia de acordo com desejos e ofertas do curso) foi determinante para a atuação posterior dos egressos. Foram consideradas como áreas de

interesse, nesse sentido, as categorias Assistência Social, Hospitalar, Políticas Públicas, Psicologia Social, Saúde e Saúde Mental. No grupo NA, predominam pessoas que realizaram nenhum ou 1 estágio no SUS/SUAS (n=14 para cada), parcela que decresce conforme a quantidade de estágios aumenta: cai para 11 pessoas que realizaram 2 estágios, 5 pessoas que realizaram 3 e 1 egresso que realizou 4. Como esperado, no grupo SUS/SUAS, sobressaem os egressos que realizaram 1 ou 2 estágios nessas áreas (respectivamente, n=9 e n=14), além de 2 pessoas com 3 estágios, evidenciando interesse pelo campo desde a graduação. Porém, ressalta-se uma incongruência, no sentido de que 5,4% (n=4) dos egressos já atuaram no SUS/SUAS e não realizaram estágios na área; assim como 6,8% (n=5) nunca atuaram (NA) nas referidas políticas e realizaram de 3 a 4 estágios neste campo.

Figura 1

Quantidade de estágios realizados em saúde/assistência social nos subgrupos de egressos que nunca atuaram (NA) *versus* já atuaram no SUS e/ou SUAS (SUS/SUAS)



No tocante ao local em que os estágios são realizados, há destaque para a própria Universidade, com 32,2% (n=95) do total dos estágios realizados do 2º ao 5º anos do curso (n total=295⁴). Observa-se relação entre os locais e as áreas de estágio: no 2º ano, os principais locais se relacionam à área de desenvolvimento humano (creches públicas); para o 3º ano, houve destaque para Atenção Especializada no SUS – possivelmente relacionada à Saúde Mental; e, nos últimos anos, clínicas psicológicas.

⁴ No total das experiências de estágio dos 74 respondentes, sendo que 1 egresso não realizou o estágio do 5º ano, formando-se como bacharel em Psicologia.

A Atenção Primária–SUS, CRAS e CREAS–SUAS e outros equipamentos de Proteção Social apresentaram percentuais bastante baixos dada a relevância das políticas, sendo inferiores a 2,5% (n=2, n=7 e n=7, respectivamente, em relação ao total de 295 experiências de estágios descritas), contrapondo-se aos CAPS, com valor de 4,7% (n=14) e Atenção Especializada–SUS, com valor de 12,2% (n=36). O somatório das porcentagens dos locais de atuação no SUS e SUAS, 22,4% (n=66) do total de 295 experiências, é inferior aos 32,2% (n=95) relativos às áreas de estágio nesses mesmos campos, o que sugere que estágios dessas áreas também são realizados na universidade. Dessa forma, pode haver preferência por ambiente mais próximo aos professores e com maior possibilidade de supervisão, contudo, mais distantes do território, da comunidade e de outros serviços da rede pública.

A respeito do tipo de atuação nos estágios, 66,2% (n=49) dos participantes indicaram ter realizado atividades de prevenção e promoção, seguido de assistência com 55,4% (n=41), educação com 36,5% (n=27), avaliação com 28,4% (n=21), reabilitação com 20,3% (n=15), seleção e treinamento com 6,8% (n=5) e outros tipos com 5,4% (n=4). Esse resultado é consonante com o princípio de integralidade das políticas sociais, o qual abarca prevenção e promoção, reabilitação e assistência. Essa visão ampliada sobre a atuação está contemplada no PPPsi, ao enfatizar a “demanda da sociedade por serviços que ajudem na compreensão, prevenção, minimização e eliminação de problemas humanos de cunho psicológico e na promoção de melhores níveis de qualidade de vida” (UFSCar, 2009, p. 6).

De forma não esperada, a porcentagem dos egressos que realizaram atividades de prevenção e promoção nos estágios foi maior para aqueles que nunca atuaram no SUS/SUAS: 73% (n=33) dos 45 respondentes do subgrupo NA, contrapondo-se a 55% (n=16) dos 29 respondentes do SUS/SUAS. Especula-se que as atividades em outras áreas, como desenvolvimento humano e escolar, podem ter sido consideradas como prevenção e promoção. Ademais, o descompasso entre atividades de prevenção e promoção em estágios no SUS e SUAS pode se relacionar ao fato de que nem todos os profissionais reconhecem e/ou guiam sua atuação nas políticas sociais pela visão integral dos sujeitos, o que é reflexo da inserção inicial da psicologia no campo da saúde por meio da transposição acrítica de modelos e práticas (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Os egressos deveriam indicar, ainda, para cada ano de estágio, uma entre as categorias que reuniam abordagens teóricas de base epistemológica semelhantes, as quais foram baseadas na pesquisa de Spink (2007) a respeito da atuação do psicólogo no SUS. Houve apenas dois conjuntos que se sobressaíram: “Comportamental/ Cognitiva comportamental/ Cognitiva” com 54,6% (n=161, de todas as 295 experiências de estágio relatadas) e “Psicanalítica/Analítica–Junguiana/Psicossomática/Psicossomática Psicanalítica” com 20,0% (n=59). Em seguida, com 6,1% (n=18) cada, estão: “Psicossocial/ Abordagens discursivas/Teoria da Representação Social/Sócio–histórica/Gênero” e “Interdisciplinar”. O restante teve percentuais inferiores a 4% cada (máximo de n=10 para as categorias Psicodinâmica/ Psicodramática, Psicopedagógica, Sistêmica, Sócio–antropológica/ Histórica/ Ecológica/ Sociocultural, Outros, Não lembro/Não sei).

Ainda em referência aos estágios, predominou a atuação com outros psicólogos com 36,9% (n=109 das 295 experiências relatadas), seguida de atuação individual com 31,2% (n=92). A atuação em equipe multidisciplinar foi indicada por 21,7% (n=64) dos participantes, enquanto em equipe interdisciplinar apresentou 8,8% (n=26) e o modelo intersetorial teve parcela irrelevante (n=4). Ao comparar os grupos NA e SUS/SUAS, observa-se que o primeiro teve maior porcentagem de estágios em modelo individual e com outros psicólogos, respectivamente, 33,5% (n=99 do total de 295 experiências relatadas), e 38% (n=112), enquanto o SUS/SUAS, de estágios em equipe interdisciplinar, com 35,3% (n=104) – acompanhando o maior número de estágios na área realizados por este grupo.

A restrição de abordagens teóricas e modelos de intervenção contraria o PPPsi, na medida em que este ressalta a importância de uma formação pautada na diversidade de visões (UFSCar, 2009), além de se opor à noção de formação básica e generalista, que possibilita ao estudante se especializar conforme seus interesses. Tal fato pode contribuir, ainda, para uma negligência do desenvolvimento de competências para o trabalho em equipes inter e multiprofissionais – requerido pelas DCNs (Brasil, 2004).

Em relação ao trabalho de conclusão de curso – monografia, destacaram-se as áreas de Tratamento e Prevenção Psicológica, com 20,3% (n=15), seguida de Psicologia Experimental com 16,2% (n=12) e Psicologia Social com 10,8% (n=8). Além disso, 23%

(n=17) marcaram a opção “outro” – porcentagem elevada, sugerindo que as categorias selecionadas na construção do questionário (retiradas da tabela de áreas de conhecimento CNPq⁵) não correspondem adequadamente à realidade pesquisada, o que constituiria falha do instrumento. A atividade opcional Iniciação Científica – IC foi realizada por 67,6% (n=50) dos participantes, corroborando com a força do eixo de pesquisa no curso. Sobressaíram as áreas de Psicologia do Ensino e Aprendizagem com 14,8% (n=11) e Tratamento e Prevenção Psicológica com 13,5% (n=10).

Em relação aos temas das pesquisas, novamente apareceu a linha comportamental/ cognitivo-comportamental, com grande ênfase em estudos experimentais e aprendizagem. Por outro lado, a categoria “outros” esteve fortemente relacionada à psicanálise. Os temas sobre saúde (principalmente saúde mental) eram da área de Tratamentos e Prevenção Psicológica. Entretanto, SUS foi pouco citado nos temas e Assistência Social não foi mencionada.

Houve expressiva participação em atividades de extensão, por 86,5% dos egressos (n=64), sendo as principais áreas relatadas: Saúde Mental, Cooperativas Populares, Psicologia Escolar e Educacional, Alegrólogos (organização discente que faz intervenções em hospitais) e Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPES). A quase totalidade dos respondentes (n=73) participou de eventos, nas áreas: eventos gerais de Psicologia 83,8% (n=62), Clínica 55,4% (n=41), Saúde 50% (n=37), Educação 25,7% (n=19), eventos com várias áreas científicas 25,7% (n=19) e Psicologia Social 18,9% (n=14).

Houve média ou baixa participação dos egressos nas associações discentes relacionadas à dimensão de participação política da universidade, como Centro Acadêmico 23% (n=17), Coletivos 16,2% (n=12) e Diretório Central dos Estudantes–DCE 5,4% (n=4). Foi constatada maior expressividade do subgrupo SUS/SUAS em relação ao NA apenas no DCE, sendo que três das quatro pessoas que fizeram parte do DCE vieram a trabalhar no SUS e/ou SUAS. Uma vez que as políticas públicas são campos que requerem grande envolvimento político dos trabalhadores, esperava-se uma participação maior do subgrupo SUS/SUAS.

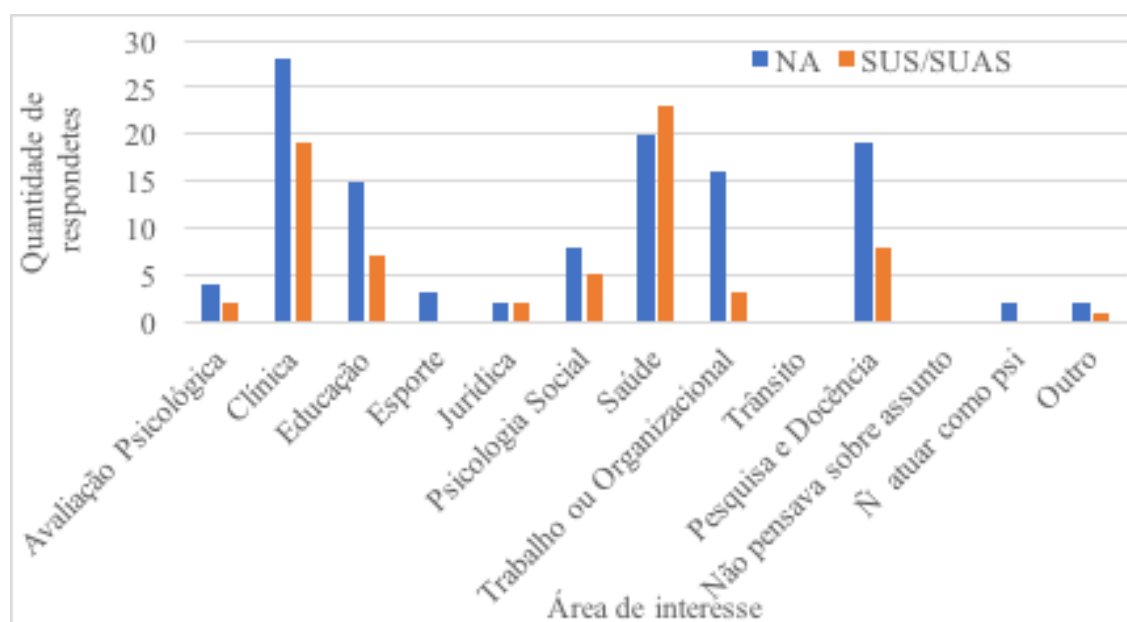
A Figura 2 apresenta a frequência de cada área desejada de atuação pelos

⁵ Recuperado em 16 de março de 2019 de <http://cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

participantes ainda na graduação, o que revela interesses que podem ter determinado suas trajetórias formativas enquanto estudantes, bem como guardam relação com as ofertas do curso. Os dados evidenciam a manutenção de uma visão historicamente construída da identidade profissional ligada à clínica, que obteve 63,5% (n=47), ao mesmo tempo em que se valorizam outras áreas – como saúde com 58,1% (n=43) e educação com 25,7% (n=22), além da pesquisa e docência com 36,5% (n=27), associada a uma das ênfases do curso. Quanto à área da saúde, de relevância para os objetivos do estudo, foi indicado por 44,4% (n=20) dos 45 respondentes do grupo NA, contraposto a 79,3% (n=23) dos 29 respondentes do SUS/SUAS.

Figura 2

Área desejada de atuação ainda na graduação: subgrupos de egressos que nunca atuaram (NA) *versus* já atuaram no SUS e/ou SUAS (SUS/SUAS)



Legenda: *Ñ atuar como psi = Não pensava em atuar como psicólogo.

Ainda no que se refere ao desejo de atuação, 64,9% (n=48) indicaram interesse para o âmbito público, seguido do trabalho como autônomo com 54,1% (n=40), em instituição privada com 35,1% (n=26) e organizações não governamentais 29,7% (n=22). O escore de 10,8% (n=8) foi indicado por respondentes que não pensavam sobre o assunto ou sobre

atuar como profissional da psicologia, ou outro local.

De maneira coerente, a parcela relativa ao âmbito público é maior no grupo SUS/SUAS, com 79,3% (n=23), tomando como referência os 29 respondentes deste subgrupo, em comparação a 55,6% (n=25) dos 45 respondentes do NA. Enquanto isso, as categorias autônomo e instituição privada foram mais expressivas no NA, com, respectivamente, 57,8% (n=26) e 42,2% (n=19) dos 45 respondentes deste subgrupo, contraposto a SUS/SUAS 48,3% (n=14) e 24,1% (n=7) dos 29 respondentes do SUS/SUAS. Ressalta-se, como foi descrito, que grande parte do grupo SUS/SUAS também gostaria de atuar como autônoma, o que pode estar ligado à tendência de o psicólogo ter mais de um vínculo profissional (Bastos et al., 2010) e manter a identidade profissional tradicional.

Pós-Graduação

Apenas 9,5% (n=7) dos respondentes não realizaram pós-graduação - todos do subgrupo NA. O alto percentual de egressos que complementaram sua formação após a graduação corrobora com a dupla ênfase do curso da UFSCar em pesquisa e intervenção. Tal percentual acompanha estudos com egressos de outras universidades (exceto os restritos a recém-formados), que apontam valores que variam de 11,4% a 17,1% de respondentes que não haviam realizado nenhum tipo de pós-graduação, com amostras que variam de 38 a 103 egressos (Bardagi et al., 2008; Barreto et al., 2013; Martins et al., 2009; Palharini & Palharini, 2008; Autor), distanciando-se apenas da pesquisa de Oliveira (2018), na qual 54,8% dos 31 respondentes (formados de 2013 a 2015) não realizaram pós-graduação. Por outro lado, difere da pesquisa da CPA-UFSCar, que indicou que 39% dos respondentes não haviam realizado pós-graduação (UFSCar, 2011). Não obstante, apenas o presente trabalho excluiu egressos recém-formados - o que pode explicar tal diferença.

Quanto ao tipo de pós-graduação, 60,8% (n=45) realizaram especialização, 48,7% (n=36) mestrado acadêmico, 14,9% (n=11) doutorado, 5,4% (n=4) mestrado profissional e 8,1% (n=6) outros tipos (incluindo aprimoramento, formação e residência). No grupo NA, os percentuais mais expressivos foram de mestrado acadêmico, totalizando 62,2% (n=28) dos 45 respondentes desse subgrupo, e especialização, com 48,9% (n=22) deste subgrupo. Enquanto isso, no grupo SUS/SUAS, observou-se inversão desse padrão: especialização se sobressaiu, com 79,3% (n=23) dos 29 respondentes deste subgrupo, e mestrado acadêmico,

com 27,6% (n=8). Esses padrões são condizentes com as particularidades de cada contexto: a especialização corresponde à capacitação focada nos desafios da prática profissional, enquanto o mestrado acadêmico vincula-se à carreira de pesquisa e docência no nível superior.

As áreas mais buscadas na pós-graduação evidenciaram diferenças entre os grupos de forma semelhante a outras questões: para o NA, há destaque para Clínica com 35,6% (n=16) dos 45 respondentes deste subgrupo, Educação com 13,3% (n=6) e Experimental com 13,3% (n=5). Enquanto isso, no SUS/SUAS, obteve-se: Saúde com 31% (n=9) dos 29 respondentes deste subgrupo, Clínica com 27,6% (n=8), Hospitalar e Saúde Mental com 17,2% (n=5) cada.

Experiências Profissionais

Foi solicitado para que os respondentes relatassem até três das principais experiências profissionais, obtendo o total de 146 experiências. Apenas 12,2% (n=9) dos egressos indicaram que nunca trabalharam como psicólogos. Embora a presente pesquisa tenha investigado um histórico de experiências profissionais, ao invés da condição atual do emprego dos participantes, este percentual acompanha a tendência de outros estudos. A pesquisa de Bastos e colaboradores (2010) indica que, de acordo com amostra de mais de 3.000 psicólogos entrevistados de 2006 a 2008, quase 16% dos psicólogos formados não atuavam na área – evolução em relação ao estudo de 1989, com quase 30% (Bastos & Gomide, 1989). Em estudos com egressos de outras universidades (exceto os restritos a recém-formados), com amostras variando de 30 a 128 respondentes, 12% a 29,7% não trabalhavam como psicólogos na ocasião (Bardagi et al., 2008; Barreto et al., 2013; Baum et al., 2018; Costa, 2017; Dutra & Teixeira, 2013; Lima & Sousa, 2016; Martins et al., 2009; Palharini & Palharini, 2008; Oliveira, Autor), destoando apenas da pesquisa de Oliveira (2018), na qual 38,7% dos 31 respondentes (formados no período de 2013 a 2015) estavam nessa situação.

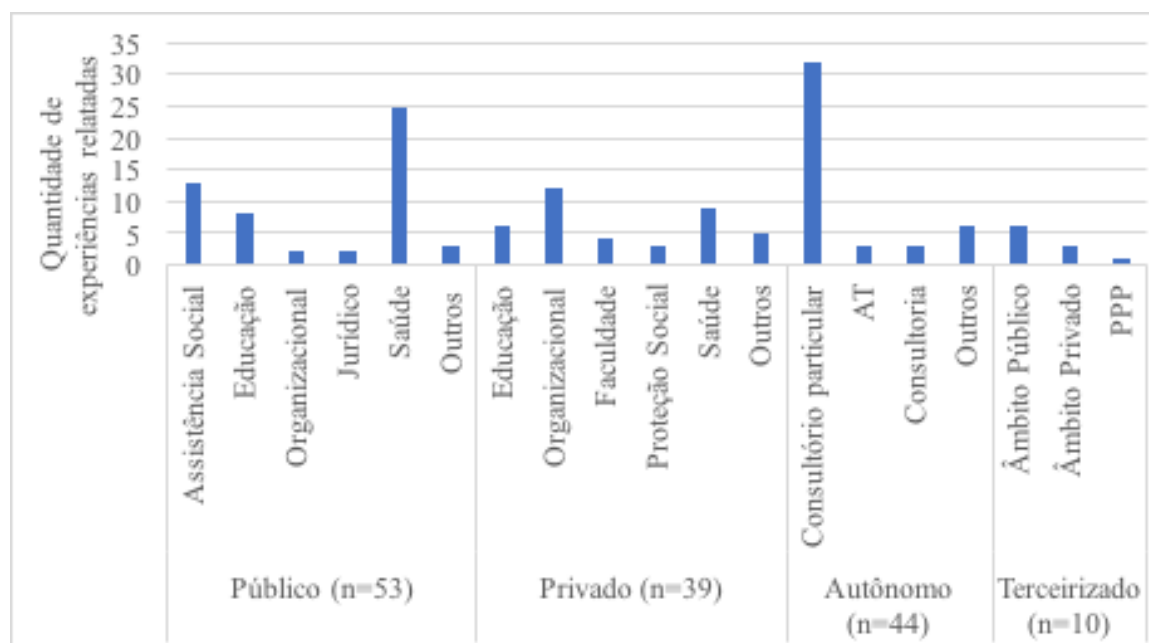
Não obstante, é importante pontuar a possibilidade de um viés da amostra: há menor chance de que um egresso que não atua na área responda ao questionário. Nesse sentido, podemos comparar com a pesquisa da Comissão da UFSCar, que indicou que 72,9%

dos 59 respondentes estavam trabalhando (90,7% destes na área de formação) (UFSCar, 2011).

A Figura 3 apresenta a frequência das áreas e o tipo de vínculo das experiências relatadas pelos respondentes no Q1. O tipo de vínculo era indicado de acordo com opções fornecidas (questão fechada) e as áreas foram categorizadas a partir das respostas (questão aberta). As experiências profissionais revelam uma associação do desejo dos respondentes com as oportunidades do próprio mercado de trabalho. Do total de 146 experiências, 36,3% (n=53) ocorreram no âmbito público, com destaque para saúde (n=25) e assistência social (n=13). Enquanto isso, 30,1% (n=44) foram como autônomo, majoritariamente em consultório particular (n=32); 26,7% (n=39) e no âmbito privado e 6,8% (n=10) como terceirizado.

Figura 3

Frequência das áreas e vínculo das experiências profissionais relatadas



Legenda: AT=Acompanhamento Terapêutico; PPP=Parceria Público-Privada.

O quadro obtido aqui se aproxima, mas tem especificidades em relação à literatura sobre atuação do psicólogo no país, que, de maneira geral, indica três áreas de destaque: clínica, saúde e organizacional (Bastos et al., 2010). Optamos por manter a separação entre

clínica e saúde, assim como Bastos e colaboradores (2010), devido à ampliação das atividades e contextos de inserção na área da saúde (em seus três níveis de atenção).

O cenário dos vínculos profissionais dos psicólogos vem mudando ao longo dos anos. Bastos e colaboradores (2010) discutem que há um crescente assalariamento do psicólogo, chegando a 73% na coleta de dados de 2006 a 2008, sendo o restante estritamente autônomo. O trabalho autônomo tem se tornado, cada vez mais, complementar ao assalariado, o que é interpretado como positivo, uma vez que este pode ser um caminho para tornar a Psicologia mais acessível à população. Ainda a respeito daquela base de dados, Macêdo, Heloani e Cassiolato (2010) detalham que, entre os trabalhadores assalariados, há 40,3% de vínculo com instituições públicas, 35,3% com privadas e 24,4% com organizações sem fins lucrativos.

Em relação aos modelos de atuação, das 146 experiências, 28,8% (n=42) são em equipe multiprofissional, 26,7% (n=39) em modelo individual, 20,8% (n=30) em modelo interdisciplinar; 11% (n=16) com outros psicólogos e 2,7% (n=4) não indicaram. Também foram analisados os modelos de atuação de cada tipo de vínculo das experiências. Nas experiências em âmbito público e privado prevalecem os modelos inter e multidisciplinar com, respectivamente, 50,9% (n=27) e 34% (n=18) das 53 experiências no âmbito no público, e ambos com 35,9% (n=14) das 39 experiências no privado. Enquanto isso, como autônomo prevalece o modelo individual, com 70,5% (n=31) dos 44 relatos.

Como terceirizado, 70% (n=7) das 10 experiências com esse vínculo tiveram modelo multidisciplinar. Nesse sentido, ressalta-se que metade dos terceirizados tinha vínculo com instituições públicas. Esse fato pode revelar que, em comparação aos profissionais com vínculo direto com a instituição pública, o trabalho terceirizado tende a ser mais fragmentado e não integrado, já que nenhum respondente classificou tal atuação como interdisciplinar.

Devido ao foco da pesquisa, as experiências relacionadas ao SUS e SUAS serão detalhadas. Do total de 146 experiências relatadas, 8,9% (n=13) tiveram vínculo público em Assistência Social, sendo os principais locais indicados CREAS e CRAS. As respostas foram superficiais ao descrever a atuação, sendo citadas apenas algumas atividades no CRAS,

trabalho na gestão municipal/coordenação de um CRAS, e em medidas socioeducativas.

Com vínculo público na área da Saúde, houve 17,1% (n=25) do total de experiências, com diversidade de locais de atuação e ênfase para atenção primária e especializada (prefeituras, hospitais, ambulatórios de saúde mental, CAPS, NASF, USF, universidades). Três dos locais citados se referem a instituições que fazem parte do terceiro setor, mas que atendem ao SUS. A respeito da atuação, a mais citada foi assistência em saúde mental, seguida de prevenção e promoção. As atividades mais indicadas foram: atendimentos individuais e em grupo, psicoterapia e, em menor proporção, participação em equipe multidisciplinar e matriciamento. Ações intersetoriais foram pouco citadas. Na maior parte dos relatos, foi analisado que a descrição das atividades seria compatível com o nível de atuação, com apenas duas exceções (perfil ambulatorial e restrição a atendimentos individuais na atenção primária, em UBS/ USF).

Com vínculo terceirizado, foram relatadas quatro experiências em serviços de saúde, um CRAS e uma parceria público-privada. Por fim, sete atuações de vínculo com instituição privada tiveram ligação com SUS e SUAS, a saber: ONGs de proteção social e equipamentos do SUS com gestão terceirizada ou parceria público-privada. Descritas as experiências da formação e atuação profissional dos egressos, com foco no SUS e SUAS, passamos a uma síntese reflexiva sobre os resultados mais significativos.

Considerações Finais

Considerando os objetivos da pesquisa e os resultados obtidos, as conclusões têm foco em dois tópicos: a formação e a atuação dos egressos investigados.

A respeito da formação, observou-se relativa diversidade de áreas nos estágios básicos e enfoque na clínica e nos consultórios nos estágios específicos de ênfase. Algumas áreas emergentes são negligenciadas em todos os anos, sendo de interesse especial para este artigo a Assistência Social. Por outro lado, a área da Saúde é bem representada, mas alguns dados levantam dúvidas se a atuação está de acordo com os princípios do SUS. O local de realização do estágio apresentou menor diversidade, com mais de um terço na própria universidade, o que revela tendência a acolher campos de estágio neste local, mas, por outro lado, sugere distanciamento em relação a outros serviços da rede de saúde e assistência social. As abordagens teóricas compõem o ponto de maior restrição de

diversidade do curso, não atendendo plenamente ao PPPsi e às DCNs, os quais prevêem a diversidade de perspectivas para compreender o fenômeno psicológico (Brasil, 2004; UFSCar, 2009).

Seguindo para segunda ênfase do curso – pesquisa, sua importância é evidenciada em diversos momentos da pesquisa, como nas parcelas elevadas de 67,6% (n=50) graduandos que realizam IC e 36,5% (n=27) com interesse pela atuação na pesquisa e docência desde a graduação. Não obstante, há pouca ênfase em políticas públicas nas pesquisas.

Foram identificados diversos projetos de extensão e atividades extracurriculares, evidenciando movimento de busca de experiências além das obrigatórias oferecidas pelo curso – aspecto valorizado pelo PPPsi. Entretanto, tal busca gira em torno das áreas que já têm destaque na formação: saúde e clínica.

Comparando os grupos NA *versus* SUS/SUAS, evidencia-se que o segundo grupo buscou, desde a graduação, experiências relacionadas ao campo das políticas públicas. Todavia, alguns indicadores (número de estágios na área, desejos durante a graduação) sugerem que há aspectos que extrapolam o interesse determinando a área posterior de atuação dos egressos. Acerca da pós-graduação, observou-se busca por formações condizentes com os perfis de atuação: principalmente especialização (*lato sensu*) no SUS/SUAS e mestrado acadêmico (*stricto sensu*) no NA.

Quanto à atuação profissional, as experiências se deram principalmente em âmbito público, seguido de autônomo e privado, e um pequeno percentual de vínculos terceirizados, apenas 6,8% (n=10) do total de 146 experiências relatadas. Enfatiza-se o alto percentual de egressos que já atuaram no SUS e/ou SUAS, representando 39,2% (n=29) dos respondentes, e o crescente assalariamento do psicólogo, que impõe novos desafios à formação profissional. Houve certa variedade nas experiências profissionais, coerente com as pesquisas sobre atuação do psicólogo (Bastos et al., 2010): ênfase para saúde e assistência social no âmbito público, para a área organizacional no privado, e clínica como autônomo. Como terceirizado, destacaram-se as experiências relacionadas ao âmbito público.

O modelo de trabalho variou conforme o vínculo com as instituições: nas públicas e privadas, destacaram-se atuações inter e multiprofissionais; como autônomo, individual; e como terceirizado, multiprofissional. Esse cenário não corresponde aos modelos dos estágios na graduação, que privilegiam a atuação com outros psicólogos ou individual, distanciando-se da lógica presente nas políticas sociais. Além disso, uma vez que há supervalorização de estágios supervisionados em clínicas e consultórios, pode haver um descompasso na formação e lacuna em outras áreas. A presença expressiva do modelo multidisciplinar nas experiências de atuação profissional relatadas (em contraposição ao modelo interdisciplinar) é interpretada como indício de que há dificuldades na integração entre os profissionais e pode ser consequência das incoerências encontradas entre as áreas/modelos de atuação dos estágios e das experiências de atuação posteriores.

Os resultados analisados indicaram alguns elementos ou aspectos positivos (interpretados como favorecedores) e negativos (limitantes) da graduação em Psicologia da UFSCar, tendo em vista as DCNs e o PPSi, bem como a relevância do SUS e SUAS. Entre os aspectos positivos, destacam-se certa diversidade de experiências de pesquisa e intervenção durante a graduação e desejo dos psicólogos em formação em atuar nas políticas sociais, com campo diverso de atuação após a graduação. Na formação, parece haver alguns avanços no que se refere ao atendimento às demandas sociais, mas com restrições a respeito da área de Assistência Social. Por outro lado, como aspectos negativos foi identificada restrição de abordagens teórico-metodológicas e áreas dos estágios que não correspondem ao campo de atuação. De maneira coerente com os resultados a respeito da formação, os dados a respeito de pós-graduação e atuação profissional evidenciam continuidade da formação e boa inserção profissional, com diversidade de campos e prevalência de clínica/consultório e políticas sociais, aproximando-se de outros estudos com egressos.

Os pontos expostos, bem como o levantamento de campos de atuação dos egressos, fornecem bases para o aprimoramento do curso. Tendo isso em vista, foram feitas devolutivas aos participantes (por meio de relatório enviado por e-mail) e à Coordenação do Curso de Psicologia-UFSCar, que atualmente está em processo de avaliação e reformulação do Projeto Pedagógico. Destaca-se a devolutiva ao curso de Psicologia (objeto indireto da

pesquisa), feita via relatório e reunião presencial. A Coordenação mostrou-se aberta aos apontamentos mais críticos e está utilizando o material, junto a outras fontes de dados (como questionário aplicado aos estudantes e discussões com os professores), para embasar mudanças no curso. Reuniões iniciais ao longo de 2018, entre docentes e discentes, já indicam algumas mudanças positivas, a saber: oferta futura de disciplina optativa em Políticas Públicas pelo Departamento de Psicologia, revisão dos conteúdos obrigatórios, com a possibilidade da criação de disciplinas obrigatórias sobre este tema.

Não obstante, pontuam-se algumas limitações na pesquisa: i) dificuldades na adequação das especificidades do curso ao formato do questionário, em relação às categorias de área dos estágios e de pesquisas; ii) avaliou-se, após a conclusão do estudo, que faltaram questões sobre a origem social dos egressos. No tocante ao último tópico, a exemplo de outras pesquisas como autor, seria relevante investigar o perfil sociodemográfico dos egressos (região de origem, nível educacional dos pais, tipo de auxílio recebido pelos pais etc.), com o intuito de discutir o acesso a universidades federais. Por fim, espera-se que esta pesquisa motive futuros estudos sobre a formação em nível de graduação em outras instituições de ensino, valorizando a área das políticas públicas sociais.

Referências

- Bardagi, M. P., Bizarro, L., Andrade, A. M. J., Audibert, A., & Lassance, M. C. P. (2008). Avaliação da formação e trajetória profissional na perspectiva de egressos de um curso de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(2), 304–315. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n2/v28n2a07.pdf> .
- Barreto, D. M., Lazaroto, T. C., & Barreto, J. B. M. (2013). Caracterização de egressos e acadêmicos do curso de Psicologia em relação à atuação profissional. *Unoesc & Ciência - ACHS*, 4(1), 101–112. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/download/2662/pdf> .
- Bastos, A. V. B., & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e profissão*, 9(1) 6–15. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000100003>.

- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (Vol. 1, 1ª ed., pp. 255–270). Natal: EDUFRN.
- Baum, P. G., Gonçalves, I. F., Silva Netto, J., & Martines, G. T. (2018). Atual colocação no mercado de trabalho dos egressos do curso de Psicologia da ULBRA– Cachoeira do Sul. In *XXI Mostra de Iniciação Científica e XI Mostra de Extensão e Ensino*. Cachoeira do Sul, RS, Brasil. Recuperado em 23 de março de 2019, de <https://www.ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/2005> .
- Bobato, S. T., Stock, C. M., & Pinotti, L. K. (2016). Formação, Inserção e Atuação Profissional na Perspectiva dos Egressos de um Curso de Psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação*, 7(2), 18–33. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016721933>.
- Branco, R. (2007). *Relatório da disciplina de Serviço e Intervenção em Psicologia 3 e 4: implementação de organizações e serviços* (Relatório interno de disciplina), São Carlos, SP, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos.
- Brasil, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. (2004). *Resolução CNE/CES 8/2004*. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em psicologia. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7690-rces004-08-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192 .
- Brasil, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. (2011). *Resolução CNE/CES 5/2011*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192 .
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2018). *Ano da formação em Psicologia 2018: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. 2018. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://site.cfp.org.br/wp->

- content/uploads/2018/03/Cartilha-Ano-da-formacao-em-psicologia-2018.pdf .
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na Assistência Social: Um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29, e169210. Recuperado em 24 de março de 2019, de <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>.
- Costa, E. F. (2017). A contribuição da Pesquisa de Egressos do Curso de Psicologia da UNIPAC/ Barbacena para um ensino de qualidade na academia no âmbito da atuação dos profissionais. In *X Congresso de Pesquisa e Extensão e V semana de Ciências Sociais da UEMG/Barbacena*. Barbacena, Brasil. Recuperado em 23 de março de 2019, de <http://revista.uemg.br/index.php/anaisbarbacena/article/view/3137/pdf> .
- Costa, J. P., Costa, A. L. F., Lima, F. C., Seixas, P. S., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). A Produção Científica sobre a Formação de Psicólogos no Brasil. *Psicologia em Pesquisa*, 6(2), 130–138. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n2/v6n2a06.pdf> .
- Cruz, T. P. (2015). *Formação do psicólogo(a) em Catalão/GO na perspectiva do egresso – 2007–2014*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil.
- Dimenstein, M., & Macedo, J. P. (2012). Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(spe), 232–245. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017> .
- Dutra, T. F. R., & Teixeira, A. C. S. (2013). Perfil do egresso do curso de psicologia do centro universitário UnirG, em Gurupi–TO. *Revista CEREUS*, 5(1), 72–88. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/viewFile/72/159> .
- Florentino, B. R. B., & Melo, W. (2017). A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(1), 3–12. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000100002&lng=pt&tlng=pt .
- Lima, M. S. S., & Macedo, J. P. S. (2015). O perfil dos alunos egressos dos cursos de

- psicologia no Piauí. 2015. In *XXIV Seminário de Iniciação Científica*, Teresina, Brasil. Recuperado em 19 de outubro de 2018, de http://sis.ufpi.br/24sic/documentos/resumos/modalidade/humanas/Marta_savana_de_Spusa_Lima.pdf
- Lima, L. A., & Sousa, M. M. (2016). Resultados da pesquisa de acompanhamento dos egressos do Centro Universitário Rainha do Sertão (UNICATÓLICA). *Revista Expressão Católica*, 5(1), 197–209.
- Macêdo, K. B., Heloani, R., & Cassiolato, R. (2010). O psicólogo como trabalhador assalariado: setores de inserção, locais, atividades e condições de trabalho. In A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim, S. M. G. (Orgs.), *O Trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho* (pp. 107–130). Porto Alegre: Artmed.
- Macêdo, O. J. V., Alberto, M. F. P., Santos, D. P., Souza, G. P., & Oliveira, V. S. (2015). Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 809–823. Recuperado em 19 de novembro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.
- Martins, K. P. H., Matos, T. G. R., & Maciel, R. H. (2009). Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. *Revista mal-estar e subjetividade*, 9(3), 1025–1042. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n3/13.pdf>.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12^a ed.). São Paulo: Editora Hucitec.
- Oliveira, W. M. (2018). *O Perfil Profissional de Egressos do Curso de Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo (2013–2015): avanços e fragilidades na formação de psicólogos*. Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brasil.
- Palharini, F. A., & Palharini, D. B. (2008). Opinião de diplomados sobre o curso de Psicologia da UFF. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 583–600. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/20.pdf>.
- Rechtman, R. (2015). O futuro da Psicologia brasileira: uma questão de projeto político.

- Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1), 69–77. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v4i1.578> .
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. D. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247–256. Recuperado em 24 de março de 2019, de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247> .
- Souza, D. G., De Rose, J. C., Nale, N., Almeida, N. V. F., Reis, M. J. D., Gil, M. S. C. A., ... & Pardo, M. B. L. (2006). Graduação em Psicologia: o projeto da UFSCar. *Temas em Psicologia*, 14(2), 153–175. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v14n2/v14n2a05.pdf>.
- Spink, M. J. P. (2007). *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Universidade Federal de São Carlos [UFSCar]. (2009). Centro de Educação e Ciências Humanas. Coordenação do Curso de Psicologia. *Projeto Pedagógico do curso de Psicologia da UFSCar*. São Carlos.
- Universidade Federal de São Carlos [UFSCar], Comissão Própria de Avaliação. (2011). *Relatório final de acompanhamento da carreira profissional e avaliação do curso/UFSCar pelos egressos – Psicologia*. São Carlos.
- Vieira–Santos, J. (2016). Impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais na Formação em Psicologia: Revisão de Literatura. *Psicologia: Ensino & Formação*, 7(2), 34–52. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016723552> .
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (Número Especial), 9–24. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf> .

Recebido em: 11/12/2018.

Aprovado em: 26/3/2019.